

Vivendo em tempos sombrios, banalidade do mal e as questões da ciência

O número atual da *Saúde em Redes* marca o início do seu terceiro ano de publicação regular. Comemoramos, mesmo nesses tempos sombrios, a enorme rede de produção que recheia e permite a manutenção do nosso periódico, seja para compartilhar saberes, seja para resistir. Como um rizoma, há conexões intelectuais e produção vida, afirmando a potência da saúde e da cidadania como aprendizagem ativa e reflexiva.

Vivemos tempos difíceis, em diferentes dimensões da vida individual e coletiva. Isso é ponto comum entre as distintas opiniões que circulam no cotidiano, mesmo que diversas sejam as explicações para a origem das dificuldades que nos atravessam, normalmente traduzindo interesses e posições relativas dos seus autores. Parece que não vivemos mais uma *época de crises*, mas uma *crise de época*¹. Em diversos países, e o Brasil é caso particular pelo envolvimento direto e pela atrocidade dos retrocessos, há um imobilismo perturbador, uma certa vertigem social que produz incapacidade de engendrar resistências, ao menos com visibilidade e força para conter retrocessos e violências extremas no cotidiano. No caso da área de ciência & tecnologia, redução drástica no financiamento público de pesquisas e bolsas, desfinanciamento do ensino público, políticas de esvaziamento do pensar na formação, notícias constantes da migração de pesquisadores e cientistas. No âmbito das políticas públicas, crises no financiamento e no compromisso com a afirmação de direitos sociais, retorno a níveis de pobreza já

superados no país, culpabilização das pessoas, das coletividades e dos movimentos sociais pela reivindicação de avanços e pelo reconhecimento da cidadania. Redução de direitos, redução de custos, redução de cidadania são perspectivas seletivas, uma vez que convivem com privilégios e com a manutenção de interesses de segmentos que detém mais poder de vocalização e de indução de políticas para a preservação do favorecimento, mesmo em tempos de crise. *Tempos sombrios*, se diz por todo lado.

Hannah Arendt usou a expressão “tempos sombrios”, em 1968, no prefácio de sua coletânea denominada “Homens em tempos sombrios”, composta por manuscritos produzidos ao longo dos doze anos anteriores². Os textos tratam sobre personalidades que compartilharam experiências de resistência naquele período difícil, de práticas totalitárias por toda parte, derivadas da perda de valores humanos comuns e justos, a que denominou “perda de autoridade”. Para Hanna Arendt, a “decadência da autoridade”, representada pela perda dos valores humanos (pessoais e comunitários) que alicerçam de modo civilizado a vida individual e coletiva, justifica grande parte do crescimento incontido da violência presente na sociedade moderna³, tema de grande atualidade nos dias atuais. Para a pensadora², mesmo em tempos assim caracterizados, “temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos de teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e

frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar” (Pág. 6). Ressalta, entretanto, que “habituaados às sombras” os nossos olhos dificilmente conseguirão dizer se a sua luz antevista “era luz de uma vela, ou de um sol resplandescente” (Idem).

Enquanto há redução de perspectivas de futuro para a sociedade e para a democracia, o que tem feito a ciência? Estariam os sujeitos que atuam na área de ciência & tecnologia entre aqueles tomados pela vertigem ou, nos dizeres da própria Hanna Arendt⁴, tomados pela *banalização do mal*, expressão que cunhou para designar a incapacidade de reflexão crítica de um general nazista que cometia as atrocidades do regime como *cumprimento de ordens*. O silêncio – ou o murmúrio apenas sutil e discreto – das instituições de ensino e pesquisa seria perplexidade diante do agudo desmonte de políticas e da fragmentação das instituições que deveriam sustentar uma democracia saudável ou incapacidade reflexiva dos sujeitos, que colocam naturalidade em evidências aqui e lá de desmonte da capacidade de produção crítica e subordinação do fazer às evidências da ciência vigente? O desmonte da área de ciência & tecnologia é evidente e inclui desfinanciamento bem agressivo até a criminalização dos militantes e a produção disseminada de medo. Sem considerar, é claro, o projeto político de esvaziamento da autonomia do sistema educacional e de amordaçamento do ensino, visível até na propaganda oficial. Ele acontece em ritmo sincronizado com o desmonte de políticas públicas, muitas vezes objeto de análises e estudos. É perturbadora a baixa mobilização da comunidade científica – e da sociedade em geral – frente o avassalador ritmo do desmonte.

Não se trata aqui de tematizar a relação entre ciência e política, uma vez que não há ciência sem política. Não há sociedade sem política. Trata-se de questionar se virá da “comunidade científica” e de sua relação com a sociedade

alguma “iluminação”, não no sentido clássico da relação entre o conhecimento erudito e a formação da sociedade, mas, como dizia Arendt², da “luz incerta” que alguns homens e algumas mulheres podem fazer brilhar contra as monstruosidades do nosso tempo, as violências e atrocidades de todo lado, mas também contra a banalização do mal que a irreflexão cotidiana, seja por vertigem ou por interesse, espalha por todo lado.

A atuação crítica e reflexiva no cotidiano do trabalho é eixo central da política de educação e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, que designamos de educação permanente em saúde. A análise do cotidiano e a autoanálise são capacidades fundamentais no trabalho em contextos de complexidade, como é a saúde, em tempos democráticos e, ainda mais, em tempos de fragmentação institucional e mal banalizado. A produção de conhecimentos úteis e oportunos, por meio da aprendizagem significativa produzida pela reflexão densa sobre o cotidiano do trabalho, é mecanismo de travessia de fronteiras⁵ em contextos de grande complexidade e para o desenvolvimento de capacidades profissionais. Sobretudo, é a produção de valores colados à ética do viver em relações democráticas e saudáveis, onde a defesa dos diversos modos de viver e das políticas públicas conquistadas pela sociedade⁶ tornam-se bandeiras indissociáveis do trabalho.

No volume atual, a *Saúde em Redes*, como a Rede Unida, associa-se aos movimentos de resistência da sociedade, tornando audível uma expressão que os conecta, de NENHUM DIREITO A MENOS. Para tanto, dá visibilidade às produções que foram submetidas ao processo editorial e foram aprovadas e que se localizam no *entrecampo* da educação e da saúde e, como tal, geram criação de pensamento sobre temáticas relevantes nas políticas das duas áreas. Os artigos desse volume tratam da formação multiprofissional, da educação como desenvolvimento, da qualificação da atenção básica em saúde, de questões de sexualidade e

gênero, de direitos humanos, da saúde mental, da saúde na escola, da população que vive em situação de rua, da grande saúde nietzschiana, entre outros.

No contexto da fragmentação de políticas públicas e de direitos humanos, afirmamos a politicidade do fazer saúde e educação, sem mordaças, com afirmação de diferenças e sem

totalitarismos e fascismos. A produção de conhecimentos, aqui, é trabalho vivo em ato e reflexão radical da saúde e da cidadania, desenvolvida e compartilhada em redes. Boa leitura e boas reflexões sobre nosso tempo e sobre o compromisso ético de cada um e cada uma com a democracia, com a vida e com a saúde das nossas gentes.

*Alcindo Antônio Ferla
(Editor-Chefe, Professor UFRGS)*

Referências

¹ ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 43, jan./abr. 2010, pág. 109-25.

² ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

³ SIQUEIRA, José Eduardo de. Irreflexão e a banalidade do mal no pensamento de Hannah Arendt. *Revista - Centro Universitário São Camilo* - 2011;5(4): 392-400.

⁴ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁵ CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. *Trab. educ. saúde*, 2008b, vol.6, no.3, p. 443-456. ISSN 1981-7746. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09/11/2016.

⁶ MELO, Rafael C., POSSA, Lisiane B. Democracia no SUS, como estamos? Um debate sobre a participação social a partir da literatura recente. *Saúde em Redes*. 2016; 2 (4): 393-408. Disponível em http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/803/pdf_54. Acesso em 09/03/2017.